

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL

ADRIANA ALVES DE TOLEDO

A FORTUNA DO INVISÍVEL
um trabalho de campo para os trabalhos de campo em Geografia

São Paulo

2019

ADRIANA ALVES DE TOLEDO

**A fortuna do invisível:
um trabalho de campo para os trabalhos de campo em Geografia**

Versão original

Trabalho de Graduação Individual do Bacharelado em Geografia apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Scifoni

São Paulo

2019

Nome: TOLEDO, Adriana Alves de

Título: A fortuna do invisível: um trabalho de campo para os trabalhos de campo em Geografia.

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu.

(FREIRE, 1981, p.9)

Decidir é romper e, para isso, preciso correr o risco.

(FREIRE, 2016, p.91)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o trabalho de campo na Geografia, mobilizando o acervo teórico acerca do tema e observando alguns campos realizados na graduação e outro por um coletivo que tem como propósito de seus trajetos disputar a História. Com vistas a uma Geografia que tenha em seu horizonte a liberdade, apoiando-se em escritos de Paulo Freire, ao fim, pretende-se apresentar uma proposta de trabalho de campo em Geografia, tendo como referenciais as observações anteriores para formação de suas questões principais, seguida de reflexões finais.

Palavras-chave: Trabalho de campo. Geografia. Educação. Liberdade. História.

ABSTRACT

This term paper intends to offer a view over fieldwork in Geography, taking into consideration theory and experienced situations in fieldworks both in and out graduation - the latter being organized by a collective whose purpose on its routes is to defy the way History has been told. In a move towards a freer horizon in Geography and grounded on Paulo Freire's written work, the present paper presents a proposition of fieldwork, its reasons and capital questions followed by final reflections.

Key-words: Fieldwork. Geography. Education. Freedom. History.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA	12
2.1. O TRABALHO DE CAMPO NA TEORIA	14
2.2. O TRABALHO DE CAMPO NAS DISCIPLINAS	17
3. HISTÓRIA DA DISPUTA, UM EXEMPLO A SER OBSERVADO	22
3.1. ORIGEM E PRINCÍPIOS	22
3.2. PERCURSOS E MEMÓRIAS	24
3.2.1. Territórios de repressão e resistência	25
3.2.2. Análise da metodologia	29
4. PROPOSTA	31
4.1. OBJETIVOS PRÁTICOS E TEÓRICOS	31
4.2. PLANEJAMENTO	33
4.2.1. Metodologia	33
4.2.2. Percurso	34
4.2.3. Levantamentos e materiais	36
5. REFLEXÕES FINAIS	37
6. REFERÊNCIAS	40
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	42

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho - assim como todos em que a pesquisadora tem a liberdade para definir seu tema de trabalho, ainda que qualquer pesquisa passe necessariamente pela subjetividade do sujeito investigador -, tem início a partir de uma inquietação pessoal. Neste caso, um desencantamento pela prática universitária.

A expectativa gerada pelo prestígio da Universidade de São Paulo aliada ao ensinamento de que a universidade é *o lugar da razão*, faz-nos sentir como parte de algo importante. O que se torna inquietante, entretanto, é a distância com que muitas de suas aulas, pesquisas e trabalhos acadêmicos, fazem referência à sociedade, resultando muitas vezes em generalizações, distorções ou apagamentos a fim de uma coerência teórica. Tal distância revela o próprio distanciamento social consequente do prestígio hierárquico assegurado à universidade, e que se revela indiscutivelmente no espaço. Com o tempo se descobre, principalmente fora da universidade, que a razão não seleciona lugares para se desenvolver, senão que ambos são selecionados e direcionados a finalidades diversas pelo modo de produção.

Este trabalho se realiza em 2019 e as universidades públicas, assim como todas as outras instituições da Educação nacional, lutam contra cortes de verbas na área. O ataque político e a crítica mal-intencionada às instituições públicas superiores de ensino que partem, por exemplo, do atual presidente e do ministro da Educação nos auxiliam na compreensão das razões pelas quais as universidades públicas não angariam em sua defesa um “exército” enérgico.

Assumindo seu distanciamento ao entender-se como “o lugar da razão”, não é à toa, portanto, que as populações não defendam apaixonadamente as universidades públicas. Quantos, afinal, sabem da existência de uma universidade pública ou da possibilidade de nela estudar? Ou ainda, a que a universidade pública se faz necessária, diante de um plano neoliberal que absorve todo o ensino público tão rapidamente? É o próprio distanciamento originário das universidades públicas em relação à população que as isolam em seu momento atual de fragilidade.

Não sem lutas, entretanto, o público da universidade hoje é certamente mais diverso que o que se propunha quando de sua fundação. Principalmente após 2016, com destinação de parte das vagas por meio de classificação no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que prioriza estudantes vindos de escolas públicas, a USP vem testemunhando uma grande mudança na composição da sua comunidade estudantil.

A compreensão da universidade como o espaço destinado à razão resulta, como contrapartida do discurso, em um espaço aparentemente não destinado à ação e, portanto sem aplicação dos conhecimentos desenvolvidos. Não se refere aqui à empiricidade da pesquisa, ou aos laboratórios de testes de materiais, ou à materialidade das inovações tecnológicas no IPT ou no CTMSP; mas sim ao intercâmbio do conhecimento. E, mais uma vez, não se refere aqui aos intercâmbios entre universidades, nacionais ou internacionais, mas à prática social do intercâmbio de saberes. Ao contrário, inocentemente crendo-se produtora e detentora da panaceia, fecha-se mais nela mesma. É por isso importante desvendar o espaço onde se preserva esta ideologia, para entendê-la em sua simbólica materialidade.

O trabalho de campo enquanto método investigativo da Geografia tem potencial de revelar em tais materialidades suas histórias, símbolos e funções. Sendo um exercício caro aos geógrafos, não à toa é tema de diversas pesquisas e artigos que atentam à sua importância. Salienta-se, entretanto, que a sua prática não é uma obrigatoriedade acadêmica do curso, podendo um geógrafo formar-se sem ter uma experiência de trabalho de campo sequer, a depender do seu percurso na graduação. Evidente que motivos variam, alguns não sendo de controle total do estudante como impedimentos particulares e, principalmente, de trabalho - que deveriam ser debatidos a fim de chegar a resoluções que ampliem a participação.

Entretanto, parece essencial à Autora o papel do trabalho de campo na própria construção da liberdade e da autonomia, posto que a mesma é um exercício: não se sabe sem fazer. Por liberdade compreende-se algo essencialmente coletivo, construído pela prática do debate de ideias em oposição a punições, algo reprovado em uma sociedade que mantenha qualquer hierarquia política - onde suas posições, na maioria das vezes, apenas fluidas em discurso e geralmente no sentido de maior acumulação de capital, reiteram sua sujeição à

estrutura. A autonomia, por sua vez, é aqui o reconhecimento das responsabilidades individuais com o coletivo e a (auto)autoridade de associar-se e agir espontaneamente pela construção e manutenção das liberdades. Destaca-se que a soberania de si necessita quebrar barreiras à liberdade que são constantemente erguidas no coletivo, mas, concomitantemente, também aquelas refletidas e construídas internamente aos indivíduos.

Em experiências do dia-a-dia, exercitamos nossa compreensão do mundo, acolhendo e reagindo ao que se nos apresenta e, em seguida, refletindo internamente ou compartilhando sobre nossas atitudes, visando o amanhã com ações melhor elaboradas. Assim é, pois, a construção de uma coletividade livre. E esta anda lado a lado com a autonomia. E, portanto, não se sugere aqui criar qualquer obrigatoriedade em relação à participação nos trabalhos de campo na graduação em Geografia, mas sua reiterada recomendação e que sejam realizados e abordados como fulcrais à mesma, com ênfase em seu potencial de transformação.

A transformação como fim - não como meio, pois não se entende que uma sociedade possa livre sendo livre de transformação - é evidente, não pode se dar em sentido de se manter as hierarquias. Ao contrário, deve identificá-las, debatê-las e, coletivamente, criar formas de as escarnecer, enfraquecer e abolir. Enfim, “*perder o respeito*” ao Estado, como repete o pedreiro e anarquista espanhol Lucio Urtubia¹ em suas entrevistas.

Estando tão vinculado ao espaço, o estudo de campo é muitas vezes compreendido como um método de interpretação da realidade material, visível. Este é, entretanto, um entendimento incompleto da própria categoria espaço, posto que a mesma é formada também pelas relações entre diferentes ideias e cosmovisões, inclusive a da pesquisadora, invisíveis imediatamente na paisagem.

Faz-se necessário pontuar que a importância deste tema, muito embora sempre presente em discussões entre colegas ou nas próprias disciplinas, apresentou-se definitivamente durante a disciplina *Trabalho de Campo II*, ministrada

¹ Lucio Urtubia é um pedreiro anarquista espanhol defensor e praticante de expropriações, dentre elas, a memorável falsificação de cheques de viagem do banco internacional City Bank, na década de 1970, rendendo um total de cerca de 20 milhões de dólares repassado a movimentos sociais. (Fonte: El País, 08/11/2007)

pela Prof^a Dr^a Simone Scifoni, na qual tivemos a oportunidade de planejar trabalhos de campo em grupos desenvolvendo nossa autonomia de pesquisa, tendo como base teórica a leitura de Michel Lowy da *Tese VII* de Walter Benjamin, marcante pelo desafio que propõe aos historiadores de questionar a linearidade da História dos vencedores, escovando-a a contrapelo e trazendo à tona agentes apagados.

Coincidentemente convergente à proposta da disciplina, tinha conhecimento da experiência dos debates-itinerantes oferecidos pelo coletivo História da Disputa: Disputa da História que, inspirado em outros grupos anteriores, realiza trajetos pela cidade de São Paulo a fim de questionar a História que se pretende contar no espaço. Tais atividades se revelaram como possibilidades de uma mesma perspectiva: partir do espaço para discuti-lo e disputá-lo em discurso e prática. Esta pesquisadora assim entende o trabalho de campo, portanto: uma oportunidade de questionar coletivamente a formação dos espaços, desvelando suas facetas apagadas, a fim de inspirar a transformação das relações que compõem o espaço.

A intenção desta pesquisa, a partir deste questionamento da universidade como *o lugar do saber*, é refletir sobre horizontes de ação no trabalho intelectual sob a perspectiva do trabalho de campo. Para tanto, apresentar-se-á alguns comentários acerca de trabalhos de campo realizados durante a graduação no curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Seguintes às observações aos trabalhos de campo, apresenta-se impressões acerca de uma outra experiência de discussão do espaço no espaço: um debate-itinerante da História da Disputa: Disputa da História. Trata-se de um coletivo que busca rever a história em São Paulo, tendo como preceito justamente trazer ao debate o conceito de direito à cidade, tema bastante caro à Geografia Urbana.

As experiências da graduação diferem das externas a ela em alguns aspectos que serão pontuados, tais como público, metodologia e formato. Ainda assim, guardam inegáveis semelhanças, pois partem da experiência no lugar para a mobilização do teórico.

A terceira parte do trabalho tem como fim o levantamento dos aspectos apresentados e a apresentação de uma proposta de trabalho de campo tendo-os

como norteadores. Tal proposta, entretanto, tal qual a ciência, não pode ser isenta ou neutra. Vale a lembrança de Baitz (2006, p.36) de que a ciência era nada mais que uma diversão da elite em seu início. Ou, como bem observou Valéria de Marcos:

Outra questão que havia também ficado clara era aquela relativa à discussão sobre a *neutralidade* da ciência. Concluí o curso convencida de que não existe ciência neutra, porque não existe ciência *sem compromisso*. (DE MARCOS, 2006)

É imprescindível esta observação, mas mais ainda tê-la em mente a todo momento das práticas de pesquisa. Não há teoria que explicita melhor empatia - por mais esforços que haja - do que o próprio ato de esperar, amparar ou simplesmente conversar com pessoas alheias ao grupo que requeiram de atenção. Observa-se aqui também que o trabalho de campo não nos oferece possibilidades somente enquanto recurso didático - dando visibilidade a conceitos -, mas enquanto exercício das próprias possibilidades práticas - infinitas e invisíveis - necessárias à vida social, tornando-se visíveis na prática.

Como percebeu Paulo Freire (2016, p.94) também acerca do comprometimento - aqui, particularmente do professor, mas que pode facilmente ser estendido a todas as cidadãs e cidadãos no movimento de suas elaborações críticas, em entendimento de que todos são simultaneamente educandos e educadores:

Não posso escapar à apreciação dos alunos. (...) Daí, então, que uma de minhas preocupações centrais deva ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que digo e o que faço, entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo.

Se perguntado por um aluno sobre o que é “tomar distância epistemológica do objeto”, lhe respondo que não sei, mas que posso vir a saber, isso não me dá a autoridade de quem conhece, me dá a alegria de, assumindo minha ignorância, não ter mentido. E não ter mentido abre para mim junto aos alunos um crédito que devo preservar.

Note-se que não se prega aqui a simples prática em detrimento da teoria, senão que a simples teoria em detrimento da prática. Apenas a crítica à simplificação e dogmatização das teorias. Entende-se que a ciência não é neutra, senão política - e que, em caso de ter o cientista um compromisso com a sociedade,

deve, não a ela servir, distinguindo sujeitos, mas *ser e estar* com ela. É evidente que tal presença da ciência na sociedade deve ser diferente das relações que estabelece hoje ainda, devendo, portanto, se transformar. Recaindo este papel a nós, não enquanto pesquisadores ou dotados de um poder maior, ímpares, mas justamente enquanto pares.

Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (FREIRE, 2016, p.52)

Entende-se aqui que a transformação, que Paulo Freire afirma em *Pedagogia da Autonomia* ser inerente a cada ser, é também, por isso, inerente ao espaço, não podendo ser interpretado fora desta chave. Daí o motivo e a defesa do mesmo por interpretar-se a esperança, algo aparentemente sem valor científico porque aparentemente irracional, como um sentimento revolucionário daquele ciente de seu inacabamento, uma vez que: “*Sem ela, não haveria história mas puro determinismo.*” (FREIRE, 2016, p.71).

2. TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA

Inicialmente, para compreendermos a importância do trabalho de campo para a Geografia faz-se imprescindível compreender a primeira questão com a qual nos deparamos ao iniciar o curso de Geografia: o que estuda a Geografia? Destarte há há uma incerteza, principalmente à possibilidade de uma definição que pudesse sintetizar aspectos físicos e aspectos sociais terrestres, uma vez que desde a formação escolar básica distinguimos Geografia Física de Geografia Humana, e assim se repete na universidade.

As ciências no geral, e a Geografia em particular, ao se constituírem como ramos do saber, são produto e também reiteration do modo de produção de seu tempo. Uma parcela dos geógrafos, ao exigir sua capitania no terreno da ciência predominantemente positivista, reafirma o *status quo* desta, assinando sua vassalagem aos números e ao distanciamento da realidade travestido de *neutralidade*. Afinal, como coloca Ruy Moreira no início de seu livro intitulado *Geografia e práxis*, a sistematização do saber espacial da Geografia “*indica o estabelecimento de uma divisão do trabalho em que a função intelectual se destaca e se separa da função prática para ganhar no dia a dia o estatuto de uma função de especialistas*” (2012, p.18).

Uma ciência que se justifique no estudo das relações sócio-espaciais, contudo, não pode sobreviver baseando-se apenas em especialistas, em uma realidade de modelos e números, servindo a eles em lugar da própria sociedade; não pode sobreviver sem *estar*. É pois tal contradição que leva geógrafas e geógrafos em contato com diferentes métodos de pesquisa a questionarem seus papéis enquanto tais no mundo dos anos 1930 em diante. Como ilustra Carlos Walter Porto Gonçalves em *A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*:

É necessário que superemos os limites impostos a Geografia pelo Positivismo Lógico, É mesmo constrangedor verificar como, sendo a Geografia uma Ciência que trabalha com relações de elementos de natureza heterogênea e sendo a dialética, primeiramente, uma lógica de relações, a maioria dos geógrafos tenha ignorado uma

interpretação dialética da organização do espaço. (GONÇALVES, 1978, p. 22)

A interpretação dialética a que se refere Gonçalves abre possibilidades para a compreensão da síntese “físico-social” na categoria *espaço*, alvo de reflexão profunda por parte de Milton Santos.

A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. (...) A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. O que nos interessa aqui mais de perto é que isto nos pode oferecer uma solução para o nosso problema epistemológico. (SANTOS, 2006, p.69)

Não nos remete ainda, contudo, ao tema deste trabalho, por mais que pareça-nos óbvio que a Geografia, como uma ciência essencialmente do espaço, parta, portanto, dele em suas análises. Afinal: *“a questão da práxis coloca-se, pois, por primeiro. O tema central de ciência, pensa-se, é o do caráter de sua práxis. E que se pode conceber por duplo ponto de vista: o prático-teórico e o político-ideológico”* (MOREIRA, 2012, p.17).

Aqui parece-nos que “o nosso problema epistemológico” a que Milton Santos se refere é, como também apontou Gonçalves, entender a dialética espacial. O entendimento da categoria *espaço* - de difícil apreensão inicialmente, principalmente devido à forte herança positivista da ciência - fica bem mais compreensível principalmente após as contribuições filosóficas acerca da dialética enquanto método. A aplicação da dialética na leitura espacial implica a assunção de suas possibilidades de apropriação. O trecho de *A Natureza do espaço* nos introduz à compreensão do espaço como sempre *presente*, uma das complexidades da categoria; presente porque mutável e reinterpretável, mutável porque em disputa.

2.1. O TRABALHO DE CAMPO NA TEORIA

À exceção de alguns trabalhos, a pesquisa de campo é um pressuposto na Geografia. Transcrição (descrição), representação (Cartografia) e modificação (planejamento) são atividades desempenhadas pelos geógrafos que se remetem, em algum momento, ao trabalho no terreno. (BAITZ, 2006, p.26)

A pesquisa de campo, antes base investigativa na criação da Geografia, foi posta de lado com a hegemonia da Geografia Teorético-Quantitativa e sua confiança nas tecnologias. Como foi apresentado anteriormente, convém pontuar que o trabalho de campo enquanto técnica geográfica não se encontra externo às influências que a sua própria ciência sofreu, e que, portanto, se realizou a partir de diferentes visões teórico-metodológicas da Geografia. Entenderemos o trabalho de campo, entretanto, tendo como ponto de partida a noção de *espaço* apresentada e compreendendo a importância de sua interpretação de maneira dialética.

Ora, a natureza não é um elemento a-histórico, mas, ao contrário, tem o seu significado determinado historicamente pelo modo de produção e poderá ser vista como um valor de uso, se olhada por um indígena xavante ou considerada um capital, sob a ótica de um empresário paulista. (GONÇALVES, 1978, p. 25)

O Boletim Paulista de Geografia dedicou a edição de número 84 exclusivamente ao tema apresentando-se artigos em que emergem questões elucidadoras concernentes ao campo.

SERPA (2006) considera que este deve mobilizar as categorias teóricas da ciência geográfica para compreensão na sua inter-relação através dos recortes de conceituação, em um movimento de aproximação e distanciamento constantes para compreensão das estruturas verticais e horizontais. Para Serpa, então, o trabalho de campo deve ser planejado tendo em vista, primeiro, as categorias teóricas que se pretende discutir.

Observa ele que, para a Geografia, o trabalho de campo deve *“buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto.”* (SERPA, 2006, p.11). Isto porque a compreensão das partes se dá na relação entre elas.

BAITZ (2006), por sua vez, aponta para a questão da *implicação*, referindo-se à influência vital que o pesquisador tem nos motivos da pesquisa e que, portanto, deva incluir-se nela dialeticamente: “*no campo, ele é mais um elemento do conjunto, portanto, mais um elemento a analisar*” (2006, p.32). Para Baitz, a escrita em primeira pessoa, não como recurso linguístico ou prepotência, mas como reflexo da experiência própria, resulta em um sintoma de sua própria implicação na pesquisa. Justifica-se aqui o emprego da primeira pessoa em alguns momentos no presente trabalho.

A defesa da importância da implicação está antes na assunção de ausência de neutralidade na ciência. Abre portas, dessa forma, para o entendimento de que todos podem ser pesquisadores na medida em que se indagam sobre seu íntimo, que é, por sua vez dialeticamente relaciona-se ao espaço.

Minha pequena experiência permite afirmar que, enquanto uma técnica de pesquisa, ela contém todos os elementos para que as coisas dêem errado. Paradoxalmente é por isso que a implicação funciona! Até mesmo o pesquisador implicado se dá conta dos “problemas” (palavra propositalmente ambígua) atuais da implicação em seu meio, bem como a maneira de contorná-los. (BAITZ, 2006, p.45)

A motivação de trabalhar com este tema está muito relacionada com o modo de se entender os citados “problemas” por parte dos pesquisadores; a sua ausência de implicação e de comprometimento. A visão que se tem aqui de educação assemelha-se à de Élisée Reclus, a qual explica Zanardo que para o geógrafo o ensino se apresenta em todas as esferas da vida, não localizadamente:

Sua utopia, ao contrário da destruição da instituição escolar, consiste na evolução e desenvolvimento radical da mesma, melhorando-a até o ponto em que ela se tornasse completamente desnecessária, pois toda a sociedade funcionaria como um grande organismo de ensino mútuo, sendo todas as pessoas simultaneamente professores e alunos (RECLUS, 2002 *apud* ZANARDO, 2013, p.48)

Compreendendo a vivência no espaço através do processo simultâneo de ensino-aprendizagem, entendendo e valorizando a dialogicidade do mesmo, este trabalho procura avaliar, com auxílio de aporte teórico e de exemplos vivenciados, os potenciais do trabalho de campo enquanto possibilidade para a busca de uma Geografia alternativa (ou alternativas geográficas à realidade).

Deve-se observar que, atualmente, como afirma Camille Lacoste-Dujardin, “os pesquisadores em sua grande maioria são manifestamente atraídos pelo estudo dos ‘dominados’” (1977, p. 11). Isto dado, é preciso ter em mente, entretanto, que ao pesquisar grupos diferentes da origem do pesquisador, o mesmo perceba suas limitações e não caia na armadilha do messianismo, para o qual nos atenta Freire:

(...) pode-se falar também de uma tentação que revolucionários metropolitanos devem evitar: a de pretender possuir a verdade revolucionária do Terceiro Mundo. Se não superam esta tentação messiânica, terminam por cair numa contradição com sua opção: a do “colonialismo revolucionário” (FREIRE, 1981, p.57)

Veremos, a seguir, um balanço de como se deram alguns dos trabalhos de campo ao longo da graduação em Geografia.

2.2. O TRABALHO DE CAMPO NAS DISCIPLINAS

O objetivo de sugerir um roteiro de trabalho de campo, a que este trabalho se propõe, que ajude a aflorar estas problemáticas não pode ser feito sem antes o recolhimento de informações e a observação de campos realizados na graduação de Geografia, assim como externos a ela, sendo ambas interpretadas como experiências e tentativas de construção de um intercâmbio de saberes a fim de disputar o espaço.

As disputas pelo espaço, não raro, são violentas. Isto é evidente nos casos de ocupação e reintegração de posse, mas nem tanto em espaços aparentemente democráticos ou até mesmo destinados a assistência social. No fundo, todos relacionados à questão da propriedade da terra. Por isso se faz tão importante perceber o caráter mediador do espaço.

O caráter mediador do espaço é uma questão de suma importância para a estruturação de trabalhos de campo que se prestem ao questionamento do modo de vida capitalista ou, ainda mais importante, à abertura de possibilidades práticas e teóricas. Tratando-se o trabalho de campo de uma atividade cuja finalidade é o conhecimento, devemos inferir que deva consequentemente ser direcionada à criatividade, não à repetição; ao debate, não à palestra.

É igualmente com estas questões em mente que devemos considerar o papel dos trabalhos de campo em Geografia como possibilidade entre a academia e a realidade, uma vez havendo esta separação, a partir desta que é a área do saber voltada ao estudo das relações sócio-espaciais. Parte-se aqui da contribuição de Suertegaray acerca do potencial de atuação do trabalho de campo: *“Na pesquisa de campo como ação de explicação e transformação, a necessidade de campo é pensada com vistas a sua transformação”* (2002, p.3). Temos aqui o principal objetivo de um trabalho de campo: a transformação.

A graduação em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo apresenta diversas disciplinas em que

ocorrem trabalhos de campo, sendo algumas especificamente deste tema. Esta não é, contudo, a totalidade das disciplinas.

Partindo para uma análise mais prática do ensino de Geografia, Élisée Reclus defenderá o axioma de que antes de aprender, faz-se necessário compreender. Sendo assim, sobretudo na ciência geográfica, defende a ideia de que o ensino deve partir do real, do concreto, daquilo que está ao alcance das crianças; para depois alcançar o subjetivo, até então inconcebível a elas. (ZANARDO, 2013, p. 49)

Em conversas com graduandos e graduados, o que se apreende é que as disciplinas que apresentam trabalho de campo no seu plano geralmente são mais marcantes e compreensíveis a partir do testemunho que tal exercício lhes permite. Isto não é novidade. É de conhecimento comum e acadêmico que a experiência aperfeiçoa o aprendizado, pois é andando que se aprende a andar. É evidente, então, o seu caráter de recurso didático.

Dentre as disciplinas que oferecem trabalho de campo há algumas obrigatórias, outras optativas. Não se tem garantia, entretanto, se haverá trabalho de campo nas disciplinas. Tal definição depende de disponibilidade de recursos, disposição de professores e de seu planejamento. Sendo um fator de tão baixo controle por parte dos professores e, ao mesmo tempo, trabalhoso se feito com qualidade, não é estranho que muitos professores não o enxergam como imprescindível a ponto de exigí-lo em todas as disciplinas. Não há dúvidas de que seja um desafio planejar um trabalho de campo para estudos de Geografia Econômica, por exemplo - que atualmente não apresenta trabalho de campo -, mas as tentativas podem ser sempre muito frutíferas. Acertos implicam tentativas, que trazem a possibilidade do erro na bagagem.

Todos os trabalhos de campo nos permitiram extrair algo a mais da experiência do que seria caso estivéssemos limitados à aula. Mesmo aqueles não muito bem planejados nos impeliram a observar os erros de método e compreender incômodos.

O trabalho de campo de Climatologia I, com Emerson Galvani, também por ser um de início de curso, é muito ilustrativo enquanto a prática de obtenção de dados e sua sistematização. Neste exercício, fomos com o objetivo de coletar dados

com o uso de equipamentos ao longo da trilha que parte da rodovia em Paranapiacaba e atravessa o rio Mogi até o município de Cubatão.

É de suma importância para formação crítica compreender que mesmo os aparelhos e técnicas disponíveis à pesquisa estão sujeitos a limitações e influências. Por isso ir a campo exercitar o uso dos equipamentos, perceber empiricamente o relevo e o clima - dado que a chuva nos impediu de atravessar o rio, forçando-nos a subir a encosta de volta - e, posteriormente, relacioná-los a teoria o faz essencial enquanto recurso didático.

Um dos trabalhos de campo muito importante não somente por ilustrar o que se explicava em aula ocorreu na disciplina de Geomorfologia II, ministrada por Bianca Vieira, na qual seguimos o relevo cortado pelo rio Paraíba em junho de 2011. O trajeto ao longo do rio nos permitiu observar o impacto dos deslizamentos decorrentes das chuvas de janeiro nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, com isso, a importância de conhecimentos geomorfológicos para a prevenção de situações como aquela.

Pudemos observar que a natureza segue seu curso, logo não é ela quem faz vítimas: quem faz as vítimas é o Estado. Vimos esqueletos de casas, enquanto caminhávamos por entre blocos do resultantes movimento de massa, e pessoas davam seus depoimentos de que não haviam sido assistidas pelo Estado. Vimos que a fixação daquelas moradias não tinha a ver apenas com conhecimentos geomorfológicos, senão com planejamento urbano e gentrificação: política. Não à toa, não eram ricos aqueles que morreram ou perderam suas casas e pertences.

Outro trabalho de campo muito marcante, mas de forma negativa, foi em Geografia do Turismo, em que fomos para Paraty, Trindade e Picinguaba. Apesar do local oferecer rica oportunidade para o debate do tema da disciplina, a condução descompromissada das aulas e do campo dificultou a elaboração de críticas. Acerca disto, é imprescindível o que observa Valéria de Marcos:

Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, se “materializa” diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa “excursão recreativa” sobre o território, e possa ser um momento a

mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento.
(DE MARCOS, 2006)

É necessário à pesquisa de campo, portanto, que os objetivos estejam definidos, para que o grupo esteja atento às observações. O risco de uma obrigatoriedade aliada à falta de compreensão do valor e da delicadeza de um trabalho de campo pode ter resultados bastante contraproducentes, tendo em vista a transformação.

Não raro os habitantes dos locais visitados nos questionam sobre o que vamos trazer de bom para a região. É uma pergunta constrangedora, porque sincera, pois, mesmo sabendo não fazemos parte administrativa do poder estatal, sabemos também que nossa formação tem uma função social. Não raro, também, respondemos quase nos justificando. É necessário estar constrangido.

Dentre as possibilidades que o trabalho de campo pode oferecer está também o autoquestionamento da função do pesquisador. Geografia do Estado de São Paulo, ministrada por Anselmo Alfredo, é uma outra disciplina optativa que apresenta trabalho de campo no seu plano de aulas e cuja lembrança é recorrente àqueles que a cursaram. O desconforto por nossa parte diante da demanda de recolhimento de entrevistas aos trabalhadores do canavial durante sua atividade é algo marcante na memória. Em contrapartida, a possibilidade de debater tal sensação ao final do campo - que partia das contradições vividas no espaço - certamente nos fez mais cientes da ambiguidade de nossas ações enquanto pesquisadores, possibilitando-nos refinar a crítica.

Não posso concluir este tópico sem mencionar o desafio que nos foi passado de criar, em grupos, trabalhos de campo que mobilizassem questões relacionadas à educação (arte/arquitetura e geografia e a busca por uma “geografia a contrapelo”) e ao exercício técnico da profissão (pensando em turismo, patrimônio cultural e planejamento urbano), por Simone Scifoni em Trabalho de Campo II. As aulas, realizadas de forma bastante aberta a contribuições e construções em grupo, permitiram explorar formas diferentes de se trabalhar no campo, e como todas se interseccionam.

É certamente um sonho - mas a esperança é uma necessidade revolucionária, já vimos - que a Geografia seja praticada cada vez mais em campo,

podendo até, quem sabe, criar outra coisa, que já não se limite aos dogmas.
Experiências e tentativas, há.

3. HISTÓRIA DA DISPUTA, UM EXEMPLO A SER OBSERVADO

Entender o trabalho de campo como a própria vocação do fazer geográfico nos parece uma alternativa ao isolamento e “gabinetismo” da Geografia e das ciências como um todo. O *status quo* consequente da hierarquia do conhecimento imobiliza sua fluidez à medida em que autoriza alguns saberes aniquilando outros. Desta forma, a partir das teorias e experiências de campo obtidas ao longo da formação das geógrafas e geógrafos na USP podemos ter bagagem para reconhecer e avaliar a estrutura do trabalho de campo em outras situações.

A escolha de contraponto aos trabalhos de campo da graduação foi o projeto História da Disputa: Disputa da História, formado por uma dupla de historiadores que promovem *debates-itinerantes* com roteiros temáticos que orbitam a questão do direito à cidade. A seguir perpassaremos a metodologia de produção de seus roteiros, focando em um roteiro específico para notar, tal qual nos roteiros da Geografia/USP, como se mediou a relação com o espaço que, por sua vez, é mediador das relações.

3.1. ORIGEM E PRINCÍPIOS

É fato que os estudos da Geografia, devido principalmente à crise em relação ao reconhecimento de seu objeto de pesquisa, e principalmente no que diz respeito ao seu viés humano e social, aproximam-se muito aos estudos da História. Ambas, ao delimitarem uma escala de tempo para suas pesquisas, ancoram-se geralmente em registros que não raro reforçam uma narrativa histórica nacional hegemônica.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p1)

Sabemos hoje, entretanto, que uma narrativa dominante, em qualquer escala que se pretenda, representa apenas uma das formas de articulação dos fatos do passado, uma vez que se centra unicamente na figura do herói. Tal herói, muito embora personificado em determinados sujeitos, não é senão a representação de uma lógica. Se há vencedor, há indissociadamente o vencido; para haver um herói, deve ter havido um vilão. Evidente está que para a existência de um é imprescindível seu contraponto.

Esta bipolaridade - inicial e aparente, como veremos - não pode, contudo, ser compreendida como natural. Deve-se compreender de que maneira e com quais objetivos se montam tais discursos. Como coloca Benjamin: *“Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie”* (Tese VII). É compartilhando desta visão que se dá a criação do projeto observado por este trabalho.

História da Disputa: Disputa da História é um coletivo formado por uma historiadora, Caróu Oliveira, e um historiador, Victor Leite, ambos desta Faculdade, que se depararam com a urgência de novas narrativas históricas paulistanas e concomitantemente nacionais, que sejam capazes de representar sujeitos ignorados no curso hegemônico da História, ou do entendimento que ainda hoje se faz dela. Pretendendo ultrapassar o discurso transmitido acriticamente em escolas, universidades e na mídia, que se baseia na centralidade do “herói”, o grupo se dispõe a questioná-lo tendo como um de seus principais recursos o espaço.

Assumindo uma confluência entre História e Geografia, o coletivo parte das observações no espaço para contestar a narração da história que nos é apresentada como linear.

Iniciado em 2015, História da Disputa: Disputa da História tem como proposta, como afirmam, reivindicar “um lugar no debate que tem se intensificado nos últimos anos sobre o direito à cidade”. Realizaram, ao longo do ano de 2016, de maneira independente, percursos monitorados nos bairros do Bom Retiro e Luz; em 2017, realizaram atividades junto ao MASP, em seu aniversário de 70 anos, ao SESC Santana e à Jornada do Patrimônio, e ao Memorial da Resistência no dia da Consciência Negra; em 2018, promoveu debates junto ao SESC Carmo e à Jornada do Patrimônio, além de dar início ao projeto Percursos e Memórias, sob

financiamento do Programa de Ação Cultural do Governo Estadual, com programação até agosto de 2019.

Utilizando-se de recursos diversos, mesclando-se com fanfarras e cortejos, a dupla, mas principalmente o grupo que se forma a cada encontro, na medida em que se apropria e questiona, reivindica e discute os lugares por onde passa. Promovendo uma construção esquemática de uma parede de taipa para adultos e crianças, ou valorizando a memória de índios e negros que fora apagada pela cidade de seu próprio trabalho, o coletivo se ancora no compartilhamento e interação no e com o espaço e com a pesquisa.

3.2. PERCURSOS E MEMÓRIAS

É no fim do ano de 2018 que o coletivo, após enviar um projeto para concorrência em um edital público, recebe aceite do Programa de Ação Cultural (ProAC), do Governo do Estado de São Paulo, que tem como fim financiar ações voltadas à cultura. O projeto, vinculado ao Memorial da Resistência de São Paulo e intitulado de *Percursos e Memórias*, visa abordar as condições de repressão e perseguição, fazendo paralelos entre o acervo de relatos do Memorial, que datam do período de ditadura brasileira, e a realidade atual em seus arredores, tendo em vista sua proximidade com a região que se denominou Cracolândia.

A programação deste projeto inclui diversos debates, itinerantes e fixos, a fim de questionar os variados discursos que tomam para si a questão do direito à cidade, e, conseqüentemente, dos usos de violência. Inevitavelmente surge o Estado como agente inerente à organização espacial. Veremos a seguir como surgiram tais questionamentos no primeiro debate-itinerante que realizaram pelo *Percursos e Memórias*.

Antes, entretanto, é importante ressaltar de que forma tais trajetos são planejados e por quê. Veremos que o espírito questionador necessário a um pesquisador tanto quanto educador, indistintamente, é a base da criação de qualquer planejamento para campo, pois o que se deve pretender não deve ser meramente ilustrar um conceito, mas convidá-lo este mesmo a um passeio por um

interrogatório sobre suas origens e facetas. É importante, por exemplo, a exposição de registros da ditadura de 60: mas para percebê-los enquanto sua manutenção, não enquanto superação. As corporações militares atreladas ao governo estadual, a presença perene nos cargos públicos de uma elite que jamais largou o cabresto, a impunidade de ilustres na justiça comum assim como a existência de um tribunal especializado aos militares nos demonstram isso.

3.2.1. Territórios de repressão e resistência



Mapa do trajeto Territórios de repressão e resistência.

Fonte: Acervo pessoal do coletivo História da Disputa: Disputa da História, 2018.

O grupo encontrou-se às 14h do dia 25 de novembro de 2018 no Memorial da Resistência, de onde partiram para o primeiro ponto, pouco à frente na rua Mauá, a nova praça Júlio Prestes. Ali foi realizada a apresentação do projeto e de cada um presente. Indagou-se, também, o interesse individual de cada participante pela atividade. A partir daí iniciou-se uma exposição de como se poderia mobilizar o acervo presente no Memorial da Resistência no espaço.

Parte, então, dos historiadores a pergunta: “o que define um espaço como ‘público’?”. Chegam a conclusões que relacionam-se ao “uso” do espaço e suas

“qualidades”. Discute-se quais seriam os usos e qualidades daquela praça. Participantes contribuem com suas experiências de circulação pela região. Aproveita-se para oferecer duas opções de trajeto, a serem votadas: uma pela alameda Cleveland, outra pela rua Mauá. O primeiro caminho é mais votado e, portanto, segue-se em caminhada pela alameda, estimulando-se uma atenção à paisagem. Passa-se, primeiro, pela borda do “fluxo”, com uma breve parada na alameda Cleveland para que os participantes contribuam com suas impressões acerca da ocupação ali presente, que convergem para a percepção de um eixo de repressão. Um pouco a seguir, o grupo se depara com a Galeria Lombroso, que abriga lojas de vestuários e acessórios de marcas conhecidas no Bom Retiro. Apesar de realizar-se em um domingo e, portanto, ter uma circulação excepcional do restante da semana, a contradição espacial, se até então não era, agora fica evidente. Discute-se justamente sobre aquele ser um dia de “descanso” ali. O grupo segue, então, pela rua Três Rios para a praça Coronel Fernando Prestes, o terceiro ponto.

Localizado em frente ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública, aproveita-se para questionar a que servem estas instituições e como são os procedimentos de segurança. Expõe-se o processo histórico das instituições responsáveis pela ordem na cidade de São Paulo, observando seu poder repressivo e faz-se comparações com o presente.

Partimos em seguida para a quarta parada, o Arco da Casa de Correção, na avenida Tiradentes, primeiro edifício construído exclusivamente para a função de presídio em São Paulo e um dos mais importantes utilizados na ditadura para abrigar “presos políticos”. Questiona-se a presença daquele arco e sua representatividade. Que memória pretende sua preservação construir? Questiona-se também a utilização do termo “preso político”. O que o diferiria dos demais? Refletimos que seria necessário rever este conceito que parece premiar com visibilidade certas contravenções em detrimento de outras, e que tal diferenciação não ocorre sem efeitos. A seguir, caminhamos em direção à Chaminé da antiga usina hidrelétrica da Luz, quarta parada.

Datada do fim do século XIX, a chaminé da antiga usina é um “testemunho” daquela e das épocas seguintes. Tentou-se levantar a partir do imaginário dos

integrantes como eram, os conflitos naquelas épocas, se houve, principalmente na década de 1920, momento de intenso desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo. Discutindo, conclui-se que eles seriam muito semelhantes em muitos aspectos aos conflitos do presente. Ocorre um encerramento do trajeto, ligando os tópicos principais conversados. Compartilham-se as opiniões sobre o debate-itinerante e a presença dos meios repressivos no espaço e na seletividade da memória. O grupo parte então para o ponto inicial de encontro, o Memorial da Resistência, onde nos despedimos todos.

Registros fotográficos no trajeto



Acima: foto da 1ª Parada, Praça Júlio Prestes. Abaixo: foto da 2ª Parada, Alameda Cleveland.
Fonte: Acervo pessoal do coletivo História da Disputa: Disputa da História, 2018.





Acima: foto da 3ª Parada, Praça Coronel Fernando Prestes. Abaixo à esquerda: foto da 4ª Parada, o Arco da Casa de Correção. Abaixo à direita: foto da 5ª Parada, Chaminé da Usina Elétrica da Luz.
 Fonte: Acervo pessoal do coletivo História da Disputa: Disputa da História, 2018.

3.2.2. Análise da metodologia

A metodologia utilizada pelo coletivo para a elaboração de seus trajetos e debates no projeto Percursos e Memórias se inicia a partir de uma premissa, um recorte temático ou dos próprios locais por força de suas representações. A partir deste movimento, reúne-se material acerca do tema ou local a partir do qual se constrói um roteiro prévio, que é simulado no espaço. A partir da realização deste primeiro roteiro, aprofundam-se pesquisas acerca do tema, as quais servem de material para a construção de uma *Hypomnemata*.

A *Hypomnemata* contém documentos, citações e fotos levantadas pela pesquisa e comentários do coletivo. Ela tem a função de apresentar diferentes referências e alusões aos espaços visitados, de maneira direta e simples, a fim de alimentar o debate. Diferentemente de um caderno de campo, o coletivo não apresenta um mapa do roteiro, o que se crê ser importante para o caso de os participantes eventualmente se perderem ou desejarem refazer o percurso em outro momento. Contudo, observa-se que os mesmos podem encontrá-lo posteriormente na página do evento.

O banco de dados de testemunhos neste momento é um material rico para trazer os aspectos observados e pertinentes ao tema definido, não o impedindo de ser também o ponto de elaboração de uma premissa. Os registros fotográficos são analisados, a partir dos quais se seleciona uma para solicitação de arte para divulgação do evento.

Publica-se e divulga-se a proposta e data nas redes sociais onde os interessados têm acesso a um link para inscrição através de um formulário, sendo este uma obrigatoriedade burocrática em razão do financiamento público. O grupo que se forma, portanto, é espontâneo, diferentemente daqueles na graduação da Geografia, é evidente. E, muito embora se observa que a maioria do público possui ou já possuiu algum vínculo universitário, não raro são de outros lugares que não a capital, o que por si já introduz elementos de implicações distintas à experiência. Notou-se, também, que nos diferentes roteiros há presença de participantes que já participaram de trajetos anteriores e retornam pelo interesse.

O roteiro se realiza em forma de debate, onde os proponentes do coletivo apresentam questões direcionadoras relacionadas ao eixo-temático do trajeto e trabalham com as impressões e contribuições do grupo. Não há hierarquização de saberes, mas valorização das experiências vivenciadas pelas pessoas componentes do grupo espontâneo, além de aporte documental.

Observou-se no trajeto, para além da mobilização documental apresentada pela *Hypomnemata*, a preocupação com a coesão e participação do grupo. É importante que as pessoas possam contribuir no processo de elaboração do raciocínio proposto pelo trajeto e enriquecimento do mesmo com suas reflexões.

Nota-se, por outro lado, que a participação espontânea, por ser algo raro em certos cotidianos - o escolar, por exemplo -, às vezes ocorre menos que o almejado. Suspeita-se que tal fato decorra de dois fatores, principalmente. Primeiro, de um sentimento de educação bancária que se reproduz mesmo fora do ambiente escolar, onde os “especialistas” são compreendidos como os reveladores das verdades. Segundo, um sentimento de separação sujeito-objeto que se reproduz como uma realidade aparentemente externa à nossa. Este último é o mais preocupante para este trabalho.

4. PROPOSTA

4.1. OBJETIVOS PRÁTICOS E TEÓRICOS

Isso não significa que os ganhos tenham sido suficientes para que nos acomodemos sobre esse degrau. Nietzsche reconhece um ganho enorme ao fato do homem ter aprendido a amar seus inimigos; mas ele é incisivo ao dizer que “O homem que aprendeu a amar seus inimigos deve agora aprender a odiar seus amigos”. (BAITZ, 2006, p.30)

Observados os aspectos necessários a um trabalho de campo comprometido com a crítica e transformação, torna-se imperativa a atenção aos mesmos às disciplinas que se utilizam deste expediente. Uma vez que iniciamos discutindo a importância deste exercício particularmente à graduação de Geografia, parece de igual importância a realização de um trabalho de campo no *campus* onde se realiza tal formação.

É esperado que muitos daqueles que frequentam o prédio de Geografia e História já tenham se aventurado pelas ruas e avenidas da Cidade Universitária, nas idas às bibliotecas, aos restaurantes, aos bancos, às festas (cada vez menos frequentes), ao Hospital, e se deparado com questões tocantes à Geografia. São evidentes, entretanto, as relações entre tais instalações ou eventos e o entorno? É evidente que haja ali um conjunto residencial e a maneira como ele se insere na mesma? De que valeria, afinal, questionar tais formas e funções?

Baitz se faz esta pergunta: “*Podemos investigar nosso próprio “habitat” (...) ou nos auto analisar?*” (2006, p.28). Estudar nosso próprio local de estudo parece-me de suma importância para se compreender quem somos enquanto pesquisadores e como podemos contribuir com a sociedade sem colonizar. Investigar como se dão as interações entre aquelas e aqueles que se relacionam com e no *campus* nos ajuda a ver na particularidade a materialização espacial de estruturas profundas referentes a visões de educação, política, planejamento do espaço, consequentes do modo de produção, de forma que nos permite - incômoda mas convenientemente - também questionar o *nosso* próprio papel nesta história.

Vemos constantemente sinais de sucateamento do ensino público como um todo. Particularmente na Universidade de São Paulo tais sinais - ou fatos - podem e devem ser notados a partir das lutas de funcionários, professores e estudantes contra as investidas do governo estadual, principalmente, reivindicando, dentre outras pautas, transparência nas decisões administrativas da reitoria. As reações institucionais, contudo, são sempre avassaladoras.

Deve-se pontuar que levantamentos acerca da Universidade de São Paulo, ou mesmo apenas do *campus* Butantã, podem ser muito numerosos, enriquecendo de possibilidades criativas de roteiros de discussão dentro de uma mesma chave questionadora, mas também demandando recortes espaciais, a depender do tempo disponível e das dinâmicas do grupo. Este trabalho selecionará apenas uma dentre infinitas. Para este trabalho optou-se por um roteiro que se constrói entendendo o conjunto residencial universitário como centralidade política na história da ditadura de 1960.

O CRUSP

O *Campus* Butantã, em sua aparência, segue a tradição deste tipo de estrutura, apresentando um conjunto residencial (CRUSP) hoje reservado aos estudantes de graduação e pós-graduação não provindos da capital até então e setores administrativos e operacionais. O impulso à construção do conjunto, apesar de já cogitado nos planejamentos anteriores da cidade universitária, se deu, concretamente, em virtude dos Jogos Panamericanos, dos quais o *campus* seria sede em 1963.

O conjunto seria primeiramente destinado à instalação dos atletas e, posteriormente ao evento, à permanência dos alunos, fato que não ocorreu imediatamente, senão sob ocupação pelos estudantes em 1964. O fato obriga a USP a administrar a moradia. A história do CRUSP e de sua comunidade, desde sua construção, é repleta de atritos com a administração e, conseqüentemente, os governos.

Com a ditadura, os órgãos de repressão se atentaram para o fato de que o CRUSP exercia importante papel na organização dos estudantes da USP, abrigando assembleias, congressos e eventos culturais. Por isso, em 1967, a moradia foi invadida pela polícia e

vários estudantes foram detidos acusados de subversão. O mesmo acontece em 17 de dezembro de 1968, quatro dias após o AI-5, quando o CRUSP foi invadido pelas Forças Armadas com uso de tanques de guerra. Todos os estudantes que se encontravam na moradia foram presos e o CRUSP ficou fechado por 10 anos, retornando apenas em 1979 e 1980, quando alunos ocupam novamente seus blocos. A nova ocupação viabilizou a retomada dos prédios e desde então, diversas lutas foram empreendidas pelo direito de permanência estudantil e ampliação de vagas no CRUSP. (ANTONINI, 2017, p. 119)

Produto de vários tempos, ideais e contradições, o *campus* reflete aspectos próprios dos mesmos, muitos presentes também externamente a ele, principalmente no que tange a valores arquitetônicos e urbanísticos, relações de trabalho e cotidianos. A partir destas aproximações e diferenciações entre as dinâmicas do *campus* e da cidade pretende-se investigar as formas de inserção do CRUSP em ambas.

4.2. PLANEJAMENTO

As dúvidas centrais propostas como ponto de partida para as discussões em campo são as seguintes:

- Por que o *campus* Butantã homenageia Armando Salles de Oliveira e quais suas implicações ou significações?
- O *campus* está integrado à cidade de São Paulo? Se sim, de que formas?
- Como são as relações entre as instalações internas ao *campus*?
- Podemos definir as funções de uma universidade pelo seu espaço - de um de seus *campi*, em particular?
- Como “o lugar do saber” lida com a sociedade do trabalho?

4.2.1. Metodologia

- Levantamento de dados históricos pertinentes às questões direcionadoras apresentadas, em especial à instalação da Cidade Universitária na região do Butantã e à criação do CRUSP, assim como toponímias e monumentos;
- Traçar percurso na Cidade Universitária que revele tais dinâmicas;

- Realizar o trabalho de campo;
- Levantamento de questões observadas em campo e sistematização.

4.2.2. Percurso

Parada 1: Portão 1 - Rotatória

Neste local observamos a estátua a quem o nome do *campus* homenageia. Também avistamos a sede da FUVES, fundação responsável pelo vestibular de ingresso à Universidade de São Paulo. Oposto a ela encontra-se a Academia de Polícia (Acadepol) em edifício cedido pela Universidade. Conectando ambas e para além delas encontramos grades.

Possíveis questões direcionadoras: É fácil o acesso à Universidade? Encontramos barreiras? A Universidade é direcionada a alguém? Quem usa o *campus* atualmente? O que é necessário para ser para todos? Quais meios de transporte encontramos e usamos?

Conforme o encaminhamento das questões direcionadoras, pontua-se aqui:

- a fundação da Universidade de São Paulo, referenciando seu contexto político e histórico durante o governo provisório de Vargas, em 1934, e a reorganização da elite intelectual paulistana;
- sua localização;
- suas unidades, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). Este último tendo seu convênio acadêmico-científico renovado em 2018;
- se há ruptura ou consonância entre o interior e o exterior das grades quanto ao estilo de urbanização neste ponto, cabendo citar a Companhia City como expoente de urbanização do Butantã e diversos bairros da várzea do Pinheiros no estilo “bairro-jardim”.
- a diferentes barreiras físicas entre o *campus* e a cidade.

Caminhada até parada 2: 1,5km, cerca de 18 minutos de caminhada



Trajeto proposto para este trabalho, em pontilhado, iniciando na Praça Reynaldo Porchat e finalizando em frente à Superintendência de Assistência Social. Fonte: Google Maps, 2019

Parada 2: CRUSP

Neste local, próximo a Superintendência de Assistência Social (SAS), vamos observar os usos dos edifícios, com auxílio de materiais descrevendo seus usos anteriores. Cabe-se observar e discutir o cotidiano dos moradores do conjunto residencial e em que medida difere daqueles que não moram ali.

Possíveis questões direcionadoras: É fácil o acesso ao CRUSP? Encontramos barreiras? A Universidade é direcionada às moradoras e moradores deste conjunto? Quais meios de transportes encontramos?

A partir da interação com as questões colocadas ou outras levantadas espontaneamente, neste local busca-se pontuar:

- a resistência e resiliência histórica dos moradores do CRUSP, tanto por meio da luta armada quanto nas lutas pela permanência;
- as atuações dos órgãos de Assistência Social - responsáveis pelo CRUSP desde sua primeira ocupação em 1964;
- formas de coletividade e apoio mútuo.

4.2.3. Levantamentos e materiais

A criação da USP, a partir do decreto 6.283 de 25 de janeiro de 1934, reúne sob uma mesma universidade faculdades que existiam antes isoladamente, como a Faculdade de Direito, a Medicina e a de Engenharia, além de promover a criação de outras novas. Rothen (2008, p. 143) explica que a ideia de universidade predominante no início século XX não apeteceu muito aos defensores das ciências aplicadas e do positivismo, já que não viam utilidade ou a consideravam ultrapassada, ao passo que para um outro grupo, a universidade seria o lugar da ciência pura: “*Segundo Antônio Paim (1982), as questões debatidas na ABE² giravam em torno dos seguintes temas: funções (dedicada à ciência pura ou à formação profissional), autonomia e governo da universidade*” (ROTHEN, 2008, p.144)

O ingresso aos cursos oferecidos pelas faculdades localizadas na Cidade Universitária da USP, assim como nas demais unidades, sempre se deu através de avaliação vestibular, inicialmente repartido em três áreas e posteriormente centralizado. A forma e o conteúdo exigido pela prova se modificaram com o tempo, mas não sua importância à seleção³. Atualmente é organizada anualmente pela Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST). Muito embora tenham havido políticas direcionadas à ampliação de acesso (como o INCLUSP desde 2006, por exemplo, que funciona com cálculos de acréscimo de nota), é somente a partir de 2015/2016 que as faculdades passaram a reservar parte das vagas de seus cursos exclusivamente a candidatos egressos de escolas públicas e/ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Uma observação cabível para se discutir o espaço do *campus* e suas finalidades é a decisão recente, de junho de 2019, de se limitar o uso das vias aos praticantes de ciclismo. Tal decisão tem seus aspectos positivos em discurso - uma

² ABE: Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924, por Heitor Lyra da Silva (1887-1926), engenheiro formado pela Escola de Engenharia Politécnica do Rio de Janeiro, onde se propunha debater as diretrizes da educação de forma nacional.

³ A reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 04/04/2002, demonstra a seletividade almejada pela Universidade: “O aumento para 160 questões veio de um estudo de Walter Leser, que provava que, com 72 perguntas, o acaso pesava muito na aprovação do candidato. ‘Alguém poderia dar sorte de cair na prova o que sabia. Com mais questões, podemos cobrar mais conteúdos do ensino médio’, disse o professor Celso Beisiegel, então pró-reitor de graduação da USP.”

vez que os mesmos andam em grupos de alta velocidade sendo muitas vezes um risco aos pedestres - ao passo que maquia a valorização da circulação dos automóveis. Ademais, há outros usos que podem ser considerados também privatizantes do espaço, por exemplo, por parte de empresas de treinamento esportivo⁴ que incluem a CUASO como um de seus pontos.

Os conflitos são inerentes ao espaço neste atual modo de produção, não sendo diferente na Cidade Universitária. Alguns são menos violentos por parte do Estado, outros mais. Vale lembrar que a São Remo tem sua história atrelada à do *campus* e também com ele repleta de conflitos. O bairro, hoje externo ao muro do *campus*, formou-se com o início das obras de construção dos prédios das faculdades, concentrando as famílias dos trabalhadores das obras em um terreno que pertence legalmente à universidade e que já chegou a ser reclamado pela mesma por mais de uma vez.

Estes dois exemplos bem distintos nos permitem ter apenas uma ideia das possibilidades de debates que podem surgir no espaço do *campus*. Cabe reforçar que, quaisquer sejam as situações de pesquisa, a pessoa pesquisadora, aquela em movimento crítico, não pode ser a pesquisadora neutra a-histórica tampouco a cientista impositora de verdades. Deve mobilizar o visível, mas tendo em vista, também, tudo aquilo que não é evidente, que compõe a história tanto de quem pesquisa quanto do local pesquisado, pois está aí a fortuna do debate.

⁴ A empresa *Run&Fun*, por exemplo, oferece, na Praça da Reitoria do *campus*, as modalidades de caminhada, corrida, ciclismo e triathlon, segundo seu website acessado em 17/06/2019, às 17:40.

5. REFLEXÕES FINAIS

Apresentou-se neste trabalho algumas reflexões acerca das experiências de trabalho de campo em diferentes contextos, atentando sempre para o seu potencial educativo e transformador. A preocupação com este tema, como exposto, dá-se em virtude de sua própria existência enquanto momento de encontro entre academia, com suas bases teóricas, e a realidade propriamente dita, compreendendo já de antemão a sua separação *a priori*.

Testemunhou-se, nos campos, a problemática de se ir aos lugares apenas para receber informação, prática tão comum nas pesquisas acadêmicas. Concomitantemente e de forma inter-relacionada, ocorre também uma abstenção entre os participantes em geral, acadêmicos ou não, de, de fato, participar - tornar-se parte e tomar partido - das discussões. Como notado, sugere-se que este comportamento é próprio de uma cristalização de uma educação bancária, aniquiladora das autonomias.

A relação entre “autoridade coerentemente democrática” - como denomina Paulo Freire (2016) - e autonomia é central a todo este trabalho. Paulo Freire aponta que a autoridade diferencia-se do autoritarismo na medida em que o primeiro trata-se de um reconhecimento por parte daqueles que autorizam alguém a certas ações - em uma decisão democrática, horizontal, portanto - , ao passo que o segundo trata da atuação vertical e hierárquica de um indivíduo. Evidente está que a organização institucional da educação em estrutura hierárquica de saberes carrega em si uma concepção autoritária, ocultando e constrangendo as autonomias e, - por que não? - as utopias, tão necessárias para a renovação do pensamento humano.

A hierarquia se nos apresenta como algo sólido e natural, sendo sua destruição imprescindível para a construção de formas diferentes de compartilhamento de saberes. A autonomia realiza-se no reconhecimento de nossa responsabilidade para com o coletivo o qual compomos enquanto potências conscientes e praticantes da liberdade. Freire (2016, p. 91) diz ainda: “*É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o*

“espaço” antes “habitado” por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade, que vai sendo assumida”.

É colocando-se uma simples questão de “E agora?” que podemos nos colocar em responsabilidade com o presente e, assim, exercitar nossa autonomia e organização perante o que se apresenta. É também reconhecendo naquilo que está posto a sua artificialidade e fragilidade, ao contrário da solidez aparente. A estrutura educacional brasileira, que nega os saberes próprios dos lugares que constituem seu território, não pode se justificar ou sobreviver à argumentação coerente em prol da liberdade.

Faz-se essencial, portanto, utilizar o trabalho de campo, tantas vezes realizado para se estudar “o outro” - o diferente do pesquisador, homogeneizando-se ambos - , para se investigar a própria academia. Pode-se dizer, de certa forma, que o fetiche com o dito “outro” distraiu a academia de si própria, de enxergar-se a si, fato essencial para se pensar sua responsabilidade para com o coletivo.

Espera-se, assim, que a questão acerca da importância do trabalho de campo, não somente para a Geografia, mas com vistas ao desenvolvimento das liberdades e autonomias coletivas e individuais tenha tido neste trabalho alguma contribuição.

6. REFERÊNCIAS

ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº84, Julho, 2006. p. 25-50.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Acao_Cultural_para_a_Liberdade.pdf

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geografia está em crise. Viva a Geografia! In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº55, Novembro, 1978. p. 5-29.

LACOSTE-DUJARDIN, Camille. A relação de pesquisa. In: **Herodote**, n.8, 1977, Paris, França. Tradução preliminar: Profª Drª Maria Regina Cunha de Toledo Sader. (mimeogr.)

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005. p.70-82.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº54, 1977. p.81-100.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº84, Julho, 2006. p. 7-24.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. In: **Geographia** - Revista da pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. v.4, n. 7, Niterói, 2002, 5p.

MOREIRA, Ruy. Geografia e práxis. **Geografia e práxis**. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-25

ZANARDO, Fernando. Práticas pedagógicas libertárias e a proposta de trabalho de campo na geografia de Élisée Reclus. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Vol. 3, n. 5, 2013.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAMPOS, Ernesto de Souza (org.) **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

COMISSÃO CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO CRUSP. Relatório Final – Comissão Instaurada pela portaria GS Nº 13/2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4106113/mod_resource/content/1/relatorio-da-%20comissao-de-%20violencia-de-%20genero-no-crusp.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

DUVA, Jesús. El albañil que estafó al mayor banco del mundo. In: **El País**, 8 nov. 2007. Disponível em: https://elpais.com/diario/2007/11/11/eps/1194765361_850215.html

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Programa Lugares da Memória**. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 2015. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130952586866913204_FICHA_COMPLETA_USP.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

PITANO, Sandro de Castro e NOAL, Rosa Elena. Paulo Freire e a Geografia: diálogos com Milton Santos. In: **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.1, p. 78-86.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento físico da CUASO**, São Paulo: 1988. Disponível em: http://www.sef.usp.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/05/SP-Plano-de-Desenvolvimento-F%C3%ADsico-da-CUASO_-1998.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

